



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

## TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Por

Luiz Filipe Fiuza Silva - Ra 72050582

Trabalho de Conclusão de Curso sob a orientação do Professor Me. Alexandro Barreto Gois, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis - EAD, do Centro Universitário de Brasília.

Brasília - DF, 2023

## **A Contabilidade de Criptomoedas e Ativos Digitais: análise da percepção dos profissionais contábeis.**

A contabilidade de criptomoedas e ativos digitais é um campo de grande importância no mundo financeiro contemporâneo pois está crescendo rapidamente. As criptomoedas e os ativos digitais estão ganhando destaque como opções de investimento e de transação, então é imperativo compreender como esses ativos devem ser contabilizados e relatados de acordo com os princípios contábeis tradicionais e as normas que orientam os procedimentos contábeis. Dessa forma, o objetivo desta pesquisa é realizar uma pesquisa de percepção de profissionais contábeis quanto às consequências decorrentes da contabilização dos ativos digitais e criptomoedas, levando em consideração as tentativas de realização de implementação de legislação para suportar esse nível de registros contábeis com a sanção do Projeto de Lei 3.825/2019 cria-se uma base legal. Além disso, será examinado como as criptomoedas e investimentos digitais afetam as projeções financeiras das empresas, avaliando as consequências para os investidores, reguladores e stakeholders sendo realizada uma pesquisa de percepção de profissionais da área. Com base em uma revisão de literatura das normas contábeis e casos de estudo pertinentes, contribuindo para um entendimento mais claro e um tratamento contábil consistente desses ativos na economia.

**Palavras-chave:** Ativos digitais; Criptomoedas; Contabilidade; Desafios;

### **1. Introdução**

Nos últimos anos, o surgimento das criptomoedas e dos ativos digitais tem redesenhado o cenário financeiro global, introduzindo novas maneiras de realizar transações e investimentos. No Brasil, essa tendência não passou despercebida, à medida que pessoas, empresas e investidores começaram a explorar ativamente o potencial desses ativos digitais. Entretanto, à medida que essas tecnologias disruptivas ganham destaque, surge uma questão urgente para os profissionais contábeis e da área financeira: como registrar de forma adequada os ativos digitais e criptomoedas em conformidade com as normas contábeis estabelecidas?

A contabilização de ativos digitais e criptomoedas apresenta desafios únicos que ultrapassam as práticas contábeis tradicionais. A volatilidade desses ativos, a falta de orientações específicas das

normas contábeis e as complexidades inerentes à tecnologia blockchain têm dificultado a contabilidade precisa e transparente desses recursos financeiros inovadores. À medida que as empresas brasileiras se envolvem cada vez mais com ativos digitais, a necessidade de diretrizes claras e orientações específicas para a contabilização se torna cada vez mais urgente.

A legislação brasileira busca alcançar um nível que suporte o controle e informação necessária, para registros de ativos digitais e criptomoedas com isso a cada dia mais o profissional da contabilidade procura se atualizar e aprender uma nova ferramenta e maneiras de melhor acompanhar esse mercado, tão volátil e que cresce cada vez mais, moeda digital e cripto ativos são alguns termos utilizados para definir a espécie de ativos citados nessa pesquisa. com isso problema de pesquisa que este artigo visa abordar pode ser formulado na seguinte pergunta: Quais as percepções dos profissionais contábeis brasileiros quanto aos desafios na contabilização de ativos digitais e criptomoedas? Esta pergunta central encapsula a complexidade do tema, destacando a necessidade de soluções práticas para um problema em rápida evolução. Esta pesquisa se propõe a responder a essa pergunta, oferecendo orientações detalhadas para profissionais contábeis e da área financeira enfrentarem os desafios contábeis associados aos ativos digitais e criptomoedas.

O presente artigo tem como **objetivo geral analisar os desafios quanto à contabilidade de criptomoedas e ativos digitais no Brasil**. Quanto aos objetivos específicos, iremos:

- a) Analisar a natureza e a evolução dos ativos digitais e criptomoedas;
- b) Sistematizar as normas contábeis brasileiras relacionadas aos ativos digitais;
- c) Investigar a forma de contabilização de ativos digitais e criptomoedas.

Este estudo é relevante em diversas dimensões pois assim como o resto do mundo, o Brasil sofre consequências negativas com sua ausência um mecanismo legal mais amplo e abrangente para regular os mercados de criptomoedas, este mercado surge à medida que surgem novas tecnologias e tendem a penetrar crescendo em escala e integrado às transações diárias em todos os sistemas financeiros. Tal ausência de um mercado de criptomoedas amplia e facilita a exploração de atividades de lavagem de dinheiro.

Academicamente, ele contribui para o enriquecimento do conhecimento contábil ao abordar um tema contemporâneo e complexo, preenchendo uma lacuna significativa na literatura existente. Profissionalmente, oferece orientações práticas que podem melhorar a eficiência e a precisão da contabilidade de ativos digitais e criptomoedas, auxiliando as empresas a cumprirem suas obrigações regulatórias e aprimorar sua comunicação financeira. Socialmente, a pesquisa é de interesse público,

uma vez que o tratamento contábil adequado de ativos digitais é fundamental para a confiança dos investidores e a integridade do mercado financeiro.

Este artigo apresentará uma análise detalhada dos seguintes temas no corpo da fundamentação teórica:

- A natureza e a evolução dos ativos digitais e criptomoedas.
- As normas contábeis brasileiras relacionadas aos ativos digitais e criptomoedas.
- A contabilização de ativos digitais e criptomoedas.

Por meio da análise desses tópicos, este artigo busca proporcionar uma compreensão abrangente e prática dos desafios e soluções relacionados à contabilização de ativos digitais e criptomoedas, capacitando os contadores brasileiros a enfrentarem esse cenário em constante evolução com confiança e precisão.

## **2. Fundamentação Teórica**

A Fundamentação Teórica desta pesquisa tem como objetivo fornecer uma visão sólida e abrangente dos tópicos essenciais relacionados aos ativos digitais e criptomoedas no contexto das Ciências Contábeis. Esta seção será dividida em três partes interligadas, explorando de forma progressiva a natureza e evolução dos ativos digitais, as normas contábeis brasileiras que regulamentam esses ativos e, por fim, a complexa questão da contabilização de ativos digitais e criptomoedas.

### **2.1 Ativos Digitais e Criptomoedas: Sua Natureza e Evolução**

Conforme o livro Bitcoin - a moeda na era digital, Ulrich (2014), as criptomoedas experimentaram um crescimento significativo desde que Satoshi Nakamoto criou o Bitcoin em 2009. O surgimento de múltiplas altcoins (moedas digitais diferentes do Bitcoin), a introdução de contratos inteligentes (por exemplo, na rede Ethereum), a diversificação de casos de uso (por exemplo, tokens não fungíveis - NFTs) e a crescente adoção por empresas e investidores é um marco no desenvolvimento de criptomoedas e ativos digitais. Estas mudanças evoluíram para uma expansão do ecossistema, promovendo novas formas de investimento, aquisições e inovação tecnológica.

Segundo o livro "Contabilidade Avançada" de Marion (2021). Nesta obra, o autor aborda a evolução da contabilidade no Brasil, relacionando-a com os desenvolvimentos econômicos,

tecnológicos e regulatórios. Marion explora as mudanças nas práticas contábeis à medida que novos ativos financeiros, incluindo os ativos digitais, surgem e ganham relevância.

Vianna Pinto (2019) comenta sobre as desvantagens deste ativo são enfatizadas neste relatório, com menção dispersa dos seus aspectos negativos. A utilização do dinheiro pode ser problemática devido a dois fatores: sigilo e falta de rastreabilidade. Estas questões têm implicações financeiras. Utilizada pelo crime organizado e um item popular no mercado negro, esta ferramenta está sempre em demanda. Mas o acesso e os processos estão sendo facilitados virtualmente pela tecnologia. A Receita Federal do Brasil, bem como diversas instituições financeiras, estão no escopo desta discussão. No seu desempenho, as instituições têm testemunhado uma curva de crescimento exponencial, tanto que tem sido observada. Os avanços tecnológicos levaram à oferta de um serviço virtual ao público. Atualmente, a praticidade na tecnologia e nas relações comerciais pode ser um fator. A pandemia de Covid-19 levou à implementação de medidas cruciais para salvaguardar a população. Os valores podem ser transferidos sem circulação graças a um método que permite que isso aconteça. Nos pólos financeiros, há uma concentração da procura do mercado e das necessidades populares. Isso cria uma oportunidade para um acúmulo de massa. As economias globais poderão potencialmente adotar moedas virtuais e libertar espaço para a sua inserção.

## **2.2 Normas Contábeis Brasileiras Relacionadas aos Ativos Digitais**

De acordo com Martins (2020, p. 45), "os ativos digitais representam uma fronteira nova na contabilidade, exigindo métodos específicos de avaliação e registro". No contexto do Brasil, a natureza dinâmica e volátil dos ativos digitais requer que as empresas adotem práticas contábeis sólidas e atualizadas para medir e comunicar corretamente em suas demonstrações financeiras. A identificação e classificação corretas dos ativos digitais são fundamentais para garantir a precisão das informações contábeis. É crucial que as organizações adotem políticas consistentes de reconhecimento, mensuração e divulgação desses ativos, levando em conta a volatilidade do mercado e as regulamentações que estão em constante mudança. Além disso, a capacitação dos profissionais de contabilidade para lidar com essa nova classe de ativos é essencial, permitindo uma compreensão aprofundada dos princípios contábeis aplicáveis aos ativos digitais e sua integração adequada nos registros contábeis.

Para compreender a situação atual, é fundamental analisar a evolução das normas contábeis brasileiras nesse contexto. Uma referência central é o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que é responsável por emitir pronunciamentos técnicos contábeis no Brasil. O CPC 28 (2009) aborda

a mensuração e contabilização de investimentos, incluindo aqueles em ativos digitais. Esse pronunciamento fornece diretrizes cruciais sobre como avaliar e registrar esses ativos no contexto contábil brasileiro.

Essas normas são particularmente relevantes para o setor público, onde a contabilização de criptomoedas e ativos digitais também está em discussão a Receita Federal do Brasil editou, previamente, a Instrução Normativa nº 1.888, de 03 de maio de 2019, onde define as criptomoedas como instrumento financeiro.

A contabilidade de ativos digitais no contexto das Normas Contábeis Brasileiras (NBC) é um campo que demanda uma abordagem específica e alinhada às diretrizes vigentes. Conforme preconizado por Santos (2019, p. 72), "a aplicação das normas contábeis nacionais aos ativos digitais é essencial para garantir a uniformidade e a transparência na prestação de informações contábeis". No Brasil, as NBCs, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, delineiam os princípios e critérios contábeis a serem seguidos pelas empresas, inclusive no que tange aos ativos digitais. Nesse contexto, é imperativo que as organizações estejam cientes e em conformidade com as NBCs específicas que tratam da contabilização e divulgação dos ativos digitais, considerando as particularidades desses ativos e as nuances do mercado. A correta aplicação das normas contábeis brasileiras é essencial para assegurar a comparabilidade das informações contábeis entre as empresas e promover a confiabilidade nas demonstrações financeiras que incorporam ativos digitais em seu escopo.

### **2.3 A Contabilização de Ativos Digitais e Criptomoedas**

A contabilização precisa de ativos digitais e criptomoedas é um desafio complexo que exige atenção especial no contexto das Ciências Contábeis no Brasil. À medida que a adoção desses ativos cresce, as empresas enfrentam questões fundamentais relacionadas ao reconhecimento, mensuração e divulgação adequada no balanço patrimonial. Esta seção se aprofundará nesses desafios e nas melhores práticas associadas à contabilização de ativos digitais.

Para entender a contabilização de ativos digitais no contexto brasileiro, é fundamental explorar o "Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Este pronunciamento é de particular importância quando se trata de ativos digitais, uma vez que aborda questões de conversão de moedas estrangeiras, incluindo criptomoedas. Ele fornece orientações cruciais sobre como as empresas devem lidar com a volatilidade das criptomoedas e como isso afeta seus ativos e passivos em moeda estrangeira.

As Normas Contábeis Brasileiras têm se adaptado para abranger os ativos digitais, uma área que evolui rapidamente no contexto econômico atual. De acordo com a Resolução CFC nº 1.530/2017, que versa sobre a NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros, os ativos digitais são reconhecidos e mensurados com base em critérios específicos, considerando sua natureza e finalidade. É crucial observar as diretrizes estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) para a correta contabilização desses ativos, levando em conta sua volatilidade e complexidade. As empresas brasileiras devem seguir as normas contábeis vigentes, como a NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, adaptando-as para refletir com precisão o valor justo e a natureza dos ativos digitais em seus registros contábeis. Capacitar os profissionais contábeis para compreenderem e aplicarem essas normas é crucial para garantir a transparência e a conformidade das demonstrações financeiras.

Para ilustrar a variedade de abordagens e desafios na contabilização de ativos digitais, um quadro comparativo pode ser utilizado. O Quadro 1 apresenta um resumo das principais questões envolvidas na contabilização de ativos digitais e como diferentes empresas e setores podem abordá-las, destacando a necessidade de diretrizes claras e práticas contábeis sólidas para esse desafio.

<b>Aspecto Contábil</b>	<b>Desafios e Abordagens</b>
Mensuração da Volatilidade	Desafio em determinar o valor justo de ativos digitais devido a flutuações de preço significativas. Abordagens podem incluir o uso de preços médios ou políticas de avaliação mais conservadoras.
Custos de Transação	Necessidade de considerar custos de transação ao comprar, vender ou transferir ativos digitais. Esses custos podem afetar o valor contábil.
Políticas de Segurança	Proteção contra roubos e fraudes é fundamental. Políticas de segurança cibernética podem impactar as decisões contábeis relacionadas ao armazenamento e uso de ativos digitais.

#### **Quadro 1: Abordagens na Contabilização de Ativos Digitais;**

O Quadro 1 demonstra a complexidade da contabilização de ativos digitais e destaca a importância de diretrizes claras e práticas contábeis sólidas para lidar com esse desafio. A compreensão aprofundada dessas questões é essencial para que as empresas e organizações mantenham registros financeiros precisos e estejam em conformidade com as normas contábeis.

No quadro 2 podemos observar a citação de alguns dos desafios e suas possíveis soluções ou tentativas no contexto do planejamento para adquirir tais ativos:

**Quadro 2: Aspectos Relevantes na Contabilização de Ativos Digitais e Criptomoedas**

Aspecto Contábil	Desafios	Abordagens Possíveis
<b>Mensuração da Volatilidade</b>	Volatilidade dos preços.	1. Utilização de preços médios ao longo de um período. 2. Avaliação com base no preço de mercado no momento do balanço.
<b>Reconhecimento Inicial e Subsequente</b>	Quando e como reconhecer os ativos.	1. Reconhecimento no momento da compra. 2. Avaliação e atualização periódica com base nas mudanças de valor.
<b>Regulamentação em Evolução</b>	Mudanças rápidas nas regulamentações.	1. Acompanhamento constante das mudanças regulatórias. 2. Adaptação às novas regulamentações à medida que são promulgadas.
<b>Divulgação Adequada</b>	Fornecer informações claras e abrangentes.	1. Divulgação detalhada da natureza dos ativos digitais detidos. 2. Informações sobre as

**Fonte: elaborado pelo autor (2023)**

1. **Mensuração da Volatilidade:** O desafio da volatilidade dos preços dos ativos digitais é enfrentado ao decidir como mensurar o valor contábil. Abordagens incluem a utilização de preços médios em um período ou a avaliação com base no preço de mercado no momento do balanço.
2. **Reconhecimento Inicial e Subsequente:** Este aspecto refere-se a quando e como reconhecer os ativos no balanço patrimonial. As abordagens possíveis envolvem o reconhecimento no momento da compra e a avaliação contínua com base nas mudanças de valor.
3. **Regulamentação em Evolução:** Com a regulamentação em constante mudança relacionada a ativos digitais, o desafio é acompanhar as mudanças regulatórias e adaptar-se conforme necessário para manter a conformidade.
4. **Divulgação Adequada:** Garantir a transparência por meio da divulgação adequada é essencial. Isso envolve fornecer informações detalhadas sobre a natureza dos ativos digitais, as políticas de segurança e a estratégia de gerenciamento desses ativos.

Esses quatro aspectos desempenham um papel fundamental na contabilização de ativos digitais e criptomoedas, garantindo a precisão, transparência e conformidade com as normas contábeis no contexto das Ciências Contábeis.



### 3. Método

Para compreender o fenômeno da satisfação do profissional de contabilidade ou estudante de contabilidade que busca conhecimento ou até mesmo para entusiastas do assunto, optei por uma abordagem exploratória para me familiarizar com as variáveis-chave envolvidas. Utilizei fontes secundárias, conduzindo leitura e pesquisa em literatura listada na bibliografia deste artigo.

Além disso, fiz uso de fontes primárias, apresentando também uma pesquisa de campo onde os usuários respondem a um questionário sobre o assunto tratado.

Foram utilizados métodos quantitativos para analisar dados estatísticos sobre a pesquisa realizada por meio do formulário do Forms do Google.

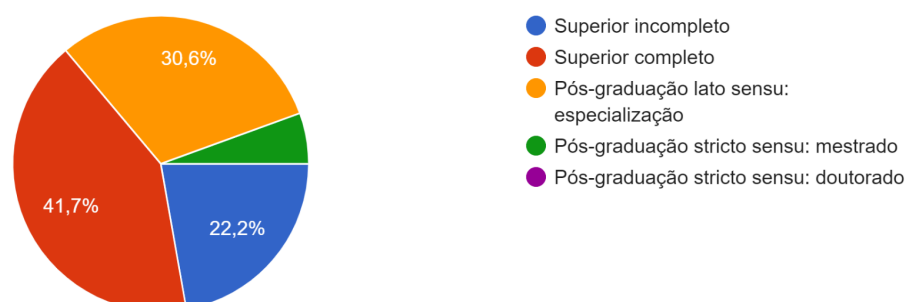
Para embasar este estudo, li trabalhos recentes de especialistas em ativos digitais e criptomoedas, análise da legislação e normativa existentes e prós e contras sobre esse grupo de ativos. Optei por essas fontes devido à sua relevância para o tema. Quanto à amostragem, selecionei contadores e estudantes de diferentes faixas etárias e perfis de graduação, assim como público civil em geral, com o intuito de capturar uma visão abrangente do fenômeno em estudo.

### 4. Resultados e Discussões

Após realizada a pesquisa, ficam apresentados os dados referentes ao meu campo de pesquisa neste artigo, deixo ainda as informações daqueles que responderam às perguntas propostas no formulário, como dados iniciais tentei colher informações sobre o meu público, direcionado principalmente a contadores e auditores, mas aberto a quem se sentisse à vontade para responder a pesquisa. o grau de formação dos entrevistados é bastante satisfatório no âmbito de respondentes com conhecimento no assunto em questão, 41,7% com superior completo e um dado bastante relevante para nossa pesquisa

Qual é o seu grau de instrução?

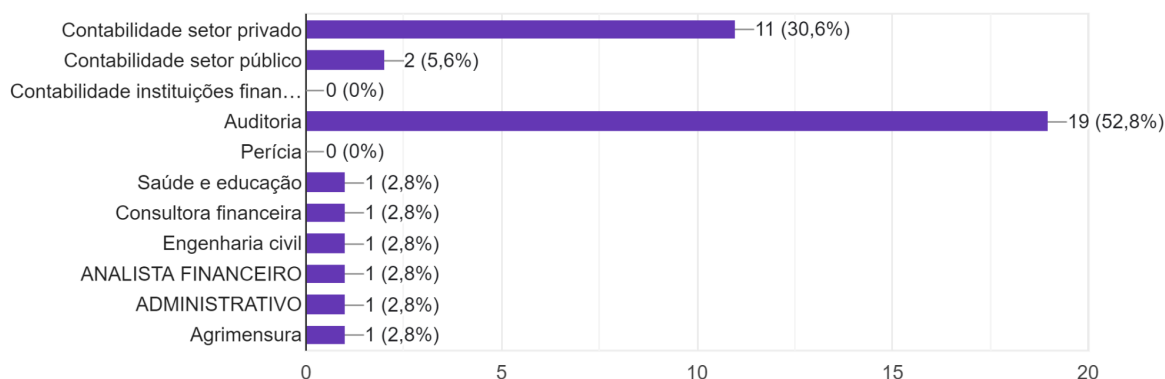
36 respostas



Fonte: elaborado pelo autor (2023)

Qual a sua área de atuação?

36 respostas



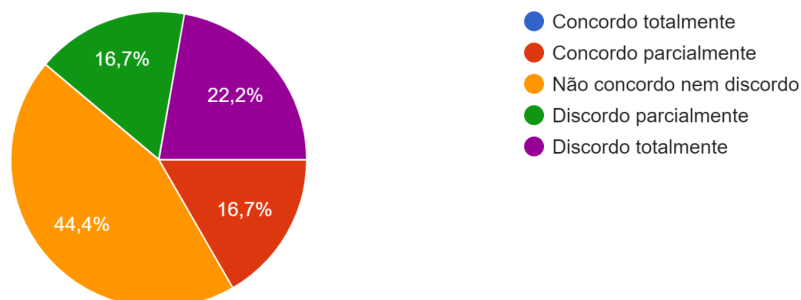
Fonte: elaborado pelo autor (2023)

Como podemos ver neste quadro acima temos grande parte dos nossos entrevistados atuando na área da auditoria o segundo setor com índice relevante e o da contabilidade no setor privado

A pesquisa teve objetivo coletar informações e dados sobre a falta de instrução e norma para o registro de ativos digitais e criptomoedas, com isso as perguntas foram direcionadas ao assunto, de forma direta é possível afirmar que órgãos como a receita federal e o CFC, não disponibilizam ferramentas o suficiente para a interpretação do assunto e conseqüentemente mensurar e registrar os mesmo de maneira confortável e confiante. Os dados abaixo confirmam o nosso problema da pesquisa, onde mais de 35% dos entrevistados alega discordar parcialmente ou totalmente de uma estrutura suficiente para contabilização de ativos digitais fornecida pelo CFC.

A estrutura da legislação e normativa editada pelo CFC é suficiente para a contabilização de ativos digitais.

36 respostas

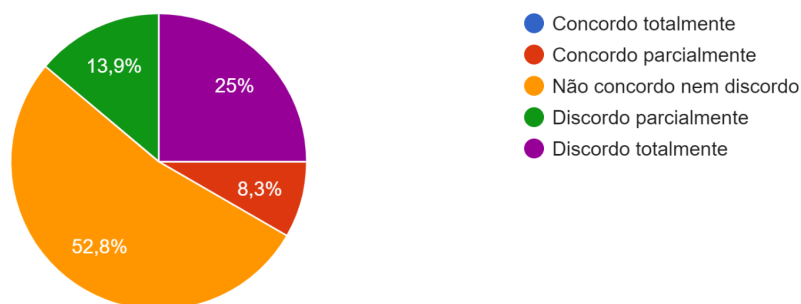


Fonte: elaborado pelo autor (2023)

Podemos notar a mesma situação quanto a contabilização de criptomoedas onde o cenário é menor de discordância porém ainda apresenta um somatório alto de discordância da entrevista cerca de 38% dos entrevistados discordam e o grande fato aqui também a se levar em consideração e que apenas 8% dos entrevistados concorda de forma parcial sobre uma estrutura adequada para contabilização de criptomoedas.

A estrutura da legislação e normativa editada pelo CFC é suficiente para a contabilização de Criptomoedas.

36 respostas

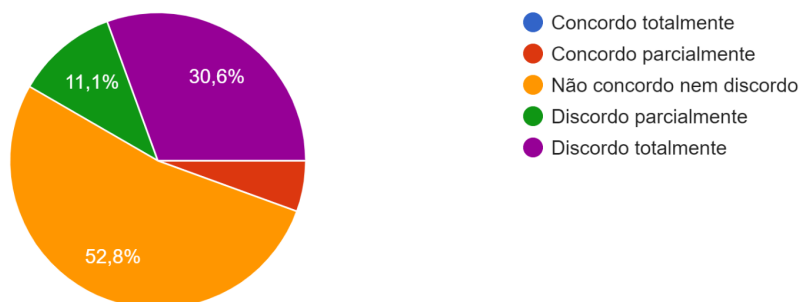


**Fonte: elaborado pelo autor (2023)**

Foi apontado em nosso trabalho de pesquisa que a estrutura fornecida pela receita federal também gera insatisfação nos entrevistados que se somado a fatia de discordância temos cerca de 40% entre parcial e total e apenas um pequena porcentagem quase que menor que 7% concorda parcialmente com a afirmativa do gráfico.

A estrutura da legislação e normativa editada pela Receita Federal do Brasil é suficiente para a contabilização de Criptomoedas.

36 respostas

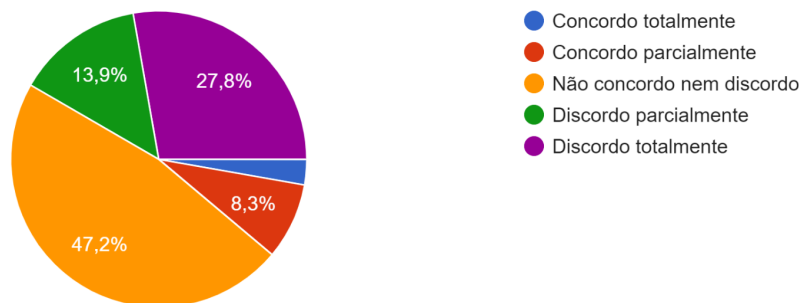


**Fonte: elaborado pelo autor (2023)**

No mesmo contexto em relação aos ativos digitais podemos observar que a concordância parcial é pouco maior em comparação ao gráfico anterior porém ainda sim e menos de 10% dos entrevistados, mais uma vez provando o nosso ponto de pesquisa.

A estrutura da legislação e normativa editada pela Receita Federal do Brasil é suficiente para a contabilização de ativos digitais.

36 respostas

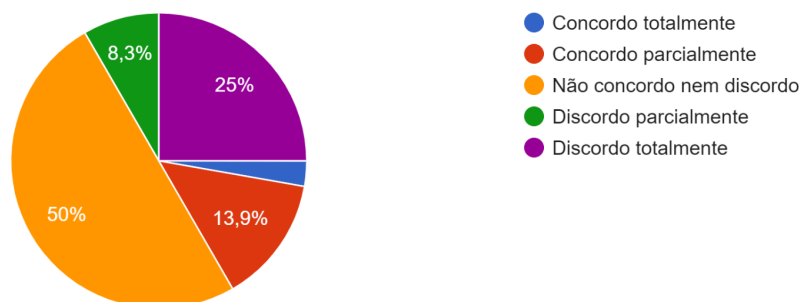


**Fonte: elaborado pelo autor (2023)**

Ao final foi perguntado aos entrevistados sobre o foco da pesquisa, e como se era esperado desta pesquisa grande parte dos respondentes afirma não conhecer ou não existir normas e leis o suficiente para registro desse grupo de ativos e moedas. como no livro de Ricardo J.(2022) que aborda desafios na mensuração de ativos digitais e que discute a complexidade da contabilização de ativos intangíveis, incluindo os ativos digitais, devido à falta de normatização específica e padrões contábeis claros para essa categoria de ativos. Essa obra traz reflexões sobre a dificuldade na mensuração precisa desses ativos, influenciada pela sua natureza volátil e pela ausência de diretrizes contábeis consolidadas para sua avaliação.

Existe base legal suficiente que oriente a realização do registro de criptomoedas.

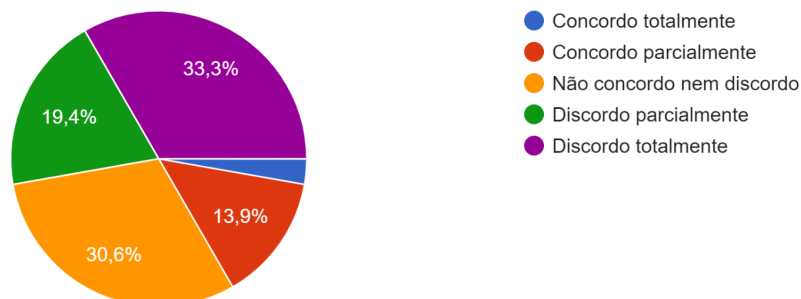
36 respostas



**Fonte: elaborado pelo autor (2023)**

Há base legal suficiente para a orientação do registro de Ativos digitais.

36 respostas



**Fonte: elaborado pelo autor (2023)**

Como demonstrado nos gráficos acima a orientação sobre o registro de ativos digitais e criptomoedas deixa a desejar, e por consequência gera dúvidas e até erros na realização desses serviços e naqueles que muito se aventuram e aprendem o ofício com muito custo o valor deste pode ser maior do que o esperado pelo cliente.

## 5. Conclusões

É possível concluir a partir desta pesquisa que as normas contábeis editadas pela Receita federal do Brasil e o Conselho federal de contabilidade não são suficientes para que possam transmitir segurança e conforto no registro de ativos digitais e criptomoedas, no que tange ao profissional contábil e auditor que se utiliza e revisa trabalhos sobre o tema em questão, é imprescindível a mudança desse cenário para que a cada dia mais o nosso sistema brasileiro de contabilidade se torne sempre atual e confiável, uma solução simples seria bancadas de debate e comissões abertas ao profissional para que tais problemas como este sejam apresentados e discutidos para um melhor entendimento e solução de acordo com a necessidade da categoria.

## REFERÊNCIAS

PEREIRA, Ricardo; MARION, José Carlos. **Contabilidade Avançada**. São Paulo: Atlas, 2021.

GOMES, Daniel. Bitcoin: A Tributação de Criptomoedas - Ed. 2022. São Paulo (SP): **Editora Revista dos Tribunais**. 2022. Disponível em:

<https://www.jusbrasil.com.br/doutrina/bitcoin-a-tributacao-de-criptomoedas-ed-2022/1712828837>

Acesso em: 07 de nov. de 2023.

Ulrich; Fernando. **Bitcoin - A moeda na era digital**. São Paulo: LVM Editora, 2014.

Griffin, Michael P. **Contabilidade e Finanças - Série Fundamentos - Digital**. São Paulo: Saraiva, 2012.

VIANA PINTO, Bruno. **Crimes Econômicos Ligados às Criptomoedas e o Papel do Estado na sua Prevenção**. UFLA. Universidade Federal de Lavras. Acesso em: 16 nov. 2023.

Brasil. CPC 28, 31 de julho 2009, Comitê de pronunciamentos contábeis. Disponível em:

<https://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=59>.

Acesso em: 16 nov. 2023.

Martins, A. **Contabilidade Avançada: Teoria e Prática**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2020.

Santos, M. R. **Normas Contábeis Brasileiras: Aplicações Práticas**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. Acesso em: 17 nov. 2023.

Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **Resolução CFC nº 1.530/2017**. NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros. Disponível em:

<https://www.crcsc.org.br/uploads/servico/17363/mQ1mqFeskQ0PpfSzPjz83q5cYVh8n1R5.pdf>.

Acesso em: 18 de nov de 2023.

RIBEIRO, Ricardo F. **Contabilidade Avançada**. 4ª Edição. São Paulo: Ed. Ferreira.